



Permissão Vacinal Infantil na Fronteira Franco-Brasileira

Tácila Leticia Silva Barros Cordeiro de Andrade¹, Luísa Antônia Campos Barros²

¹Universidade Federal do Amapá Campus Binacional, Oiapoque, Brasil
(tacilaticia19@gmail.com)

²Universidade Federal do Amapá Campus Binacional, Oiapoque, Brasil
(luisa@unifap.br)

Resumo: Estudo transversal de abordagem quantitativa que analisou determinantes socioculturais e logísticos da adesão à vacinação infantil em Oiapoque-AP. Os dados foram coletados por questionário em unidades de saúde. Observou-se adequada cobertura vacinal básica de crianças de 0 a 2 anos de idade, porém baixa adesão à vacina contra COVID-19, associada à desinformação e barreiras de acesso. Evidencia-se a necessidade de estratégias para ampliar a adesão e reduzir desigualdades em saúde.

Palavras-chave: Hesitação vacinal; infodemia; Esquema de vacinação; Saúde da Criança; Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

A vacinação é considerada como uma das maiores e melhores ferramentas tecnológicas na prevenção de doenças imunopreveníveis (Santos Júnior *et al.*, 2022). Através dos imunizantes é possível melhorar a qualidade de vida, aumentar a resistência do organismo e promover uma população mais saudável (Brasil, 2022). Essa profilaxia contempla tanto do indivíduo como a coletividade, visto que muitas pessoas não podem se vacinar por questão de saúde (Brasil, 2020). No entanto, a adesão vacinal tem enfrentado desafios, especialmente em regiões de fronteira, onde fatores socioculturais, logísticos e informacionais podem interferir no acesso e na aceitação dos imunizantes.

No Brasil, a redução das coberturas vacinais nos últimos anos tem se configurado como um problema relevante de saúde pública, sobretudo em áreas com maior vulnerabilidade social (Domingues *et al.*, 2020).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar os fatores socioculturais e logísticos que influenciam a adesão à vacinação infantil.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, de abordagem quantitativa, realizado com pais/responsáveis por crianças de 0 a 2 anos, por meio de aplicação de questionário estruturado. Os dados foram submetidos à análise estatística descritiva no software SPSS®, utilizando amostragem por conveniência. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o CAAE nº 86959125.8.0000.0003.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados, 88% dos 57 participantes de Oiapoque eram mulheres, sendo que 82,5% eram mães. Essa predominância feminina reflete o maior envolvimento das mulheres, especialmente das mães, no cuidado infantil. De acordo com alguns estudos, a presença materna nos cuidados na infância, é indispensável para manter a adesão integral ao calendário vacinal (Saitoh e Shobugawa (2024) e Assefa *et al.* (2025).

Em relação à cor/raça autodeclarada, 68% dos participantes eram pardos, 12% pretos, 11% brancos, 7% indígenas e 2% amarelos, refletindo a composição populacional local. Predominou escolaridade de nível médio e renda familiar de até três salários-mínimos, indicando perfil socioeconômico de baixa a média renda. Esses determinantes sociais podem influenciar o acesso à informação e à utilização dos serviços de saúde, impactando decisões sobre vacinação.

Quanto à religião, 68% declararam-se evangélicos, 19% católicos e 13% sem religião ou deístas. Apesar da diversidade religiosa, a maioria manteve o calendário vacinal infantil atualizado, embora crenças possam influenciar lacunas pontuais, ressaltando a necessidade de estratégias culturalmente sensíveis para ampliar adesão.

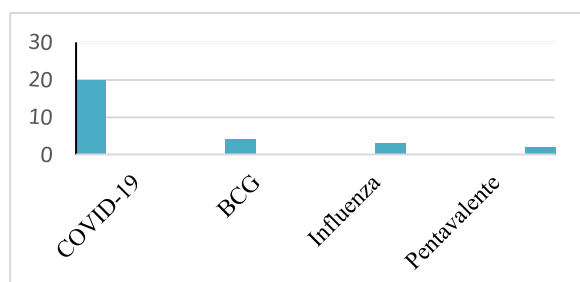
Sobre a utilização das unidades básicas de saúde UBS, 40% dos participantes eram atendidos pela UBS Nova Esperança, 23% pela Julieta Palmeirim, 21% Planalto/Clevelândia e 16% Infraero. Observou-se que organização por parte dos usuários buscava atendimento em UBS fora de seu bairro de residência, sugerindo que fatores como infraestrutura, qualidade

dos serviços e organização podem ser mais determinantes que a proximidade geográfica.

Em síntese, os resultados indicam que gênero, idade, cor/raça, escolaridade, renda, religião e fatores organizacionais das UBSs influenciam o envolvimento dos cuidadores no processo vacinal infantil, reforçando padrões culturais e sociais que orientam práticas de cuidado.

A maioria dos participantes sendo 21,1% relataram não ter ouvido nada a respeito de nenhuma vacina, enquanto 15,8% mencionaram que a vacina contra a COVID-19 causa reações adversas em crianças e outros 15,8% afirmaram que as vacinas previnem doenças. A predominância de relatos envolvendo a vacina contra a COVID-19 reflete sua ampla repercussão e a intensa circulação de desinformação. Evidências indicam que a disseminação de informações falsas está associada à redução da cobertura vacinal, reforçando a necessidade de estratégias de comunicação eficazes (Silva *et al.*, 2023). Apesar dos benefícios comprovados da vacinação, persistem percepções que questionam sua segurança, podendo impactar negativamente a adesão ao calendário vacinal.

Gráfico 1. Vacinas mais pronunciadas pelos participantes.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Apesar da circulação de desinformação associando vacinas a eventos adversos, não há evidências científicas que sustentem tais afirmações, embora esses discursos possam influenciar a confiança da população. No estudo, 93% das crianças estavam com a vacinação em dia e 7% apresentavam atraso, sugerindo que, embora a maioria mantenha o esquema vacinal, a desinformação pode interferir na tomada de decisão dos responsáveis.

Observou-se alta cobertura para a maioria dos imunizantes, como BCG 100% e hepatite B 98,2%, mas baixa adesão à vacina contra a COVID-19 29,8%, abaixo da meta preconizada. Além disso, dados municipais indicam oscilações nas coberturas vacinais ao longo dos anos, evidenciando instabilidade na manutenção da imunização.

Os atrasos vacinais estiveram principalmente relacionados a fatores como falta de tempo e

difficultades de acesso aos serviços de saúde, incluindo barreiras geográficas e limitações estruturais. Em áreas rurais e indígenas, o acesso depende de deslocamento ou ações itinerantes, o que pode comprometer a regularidade da vacinação.

Nesse contexto, a queda da cobertura vacinal observada no Brasil nos últimos anos, associada à desinformação e a desafios estruturais, reforça a necessidade de fortalecer estratégias de acesso, monitoramento e comunicação em saúde para garantir a proteção coletiva e prevenir o retorno de doenças imunopreveníveis.

As redes sociais e a internet foram as principais fontes de informação, superando os canais institucionais, o que amplia o acesso, mas também a exposição a informações imprecisas. Embora 53% tenham percebido melhora nas campanhas pós-pandemia, a baixa participação em ações educativas 65% evidencia fragilidade na comunicação entre serviços de saúde e comunidade.

A vacinação foi majoritariamente percebida como um dever 82% e responsabilidade dos pais, ainda que parte dos participantes reconheça seu caráter coletivo. Fatores como acesso à informação, qualidade da comunicação em saúde e atuação dos profissionais, especialmente da enfermagem, influenciam diretamente a adesão vacinal.

Nesse contexto, torna-se essencial fortalecer estratégias de educação em saúde, comunicação qualificada e vínculo com a comunidade, considerando as especificidades locais, a fim de reduzir a desinformação e ampliar a cobertura vacinal infantil.

CONCLUSÃO

O estudo evidenciou que os responsáveis por crianças de 0 a 2 anos usuários do Programa Nacional de Imunizações em Oiapoque são majoritariamente mulheres jovens, de baixa renda e com atuação predominante no lar. Observou-se boa cobertura vacinal para a maioria dos imunizantes, porém baixa adesão à vacina contra a COVID-19, associada à hesitação vacinal, à desinformação e a fatores estruturais de acesso.

Embora a vacinação seja amplamente reconhecida como importante, persistem lacunas no conhecimento sobre os imunizantes, com predominância das redes sociais como fonte de informação, o que pode favorecer a disseminação de conteúdos imprecisos. Além disso, dificuldades logísticas e características territoriais influenciam a adesão ao calendário vacinal.

Diante disso, destaca-se a necessidade de fortalecer estratégias de educação em saúde, comunicação qualificada e vínculo entre serviços e comunidade, considerando as especificidades locais. Ressalta-se



ainda o papel da Enfermagem na promoção da imunização e no enfrentamento da desinformação, contribuindo para a ampliação das coberturas vacinais.

AGRADECIMENTOS

T.L.S.B.C.A. agradece às Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do município de Oiapoque-AP pela colaboração durante a coleta de dados, bem como o Dr. Benedito Souza Guimarães e a Ma. Scheilla Cristina da Silva pelas valiosas contribuições.

REFERÊNCIAS

- ASSEFA, G. M. *et al.* Dinâmica de gênero na aceitação de vacinas e hesitação entre cuidadores primários na Etiópia: um estudo de métodos mistos. **Vacinas**, v. 13. Ed. 10. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/vaccines13100998>. Acesso em: 01 de jan.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Vacinação. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao>. Acesso em: 05 dez. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Vacinas: Seguras, Eficazes e Salvam Vidas. Ebook-vacina-final-alta.pdf. 2022a. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/arquivos/ebook_vacina_final_alta.pdf. Acesso em: 15 dez. 2024.
- DOMINGUES, C. M. A. S. *et al.* 46 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 2. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00222919>. Acesso em: 04 dez. 2024.
- JÚNIOR-SANTOS, C. J. DOS. *et al.* Hesitação vacinal e a ‘pandemia’ dos não vacinados: o que fazer para enfrentar a nova “Revolta da Vacina”? **Medicina**, (Ribeirão) 2022;55(1):e-192095. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-7262.rmrp.2022.192095>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- PARQUE, C, ZABALA, P, V, TRISNADI, A, I. Vacina COVID-19 ou hesitação de reforço entre crianças de 6 meses a 5 anos, 5–11 anos e 12–17 anos nos Estados Unidos: Um estudo transversal analítico. **Relatórios de Medicina preventiva**, v. 36. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.pmedr.2023.102436>. Acesso em: 02 jan. 2026.
- SAITOH, A.; SHOBUGAWA, Y. Hesitação da vacina parental em relação às imunizações infantis de rotina e às vacinas COVID-19 no Japão: um estudo transversal. **Saúde Pública BMC**, 24, 3303 (2024). Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-024-20845-7>. Acesso em: 05 jan. 2026.
- SILVA, G. M. *et al.* Desafios da imunização contra COVID-19 na saúde pública: das fake news à hesitação vacinal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, p. 739–748, mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/141381232023283.09862022>. Acesso em: 02 jan. 2026.